

Editorial

Editorial

Neste ano de 2020 completam 55 anos do Parecer do Conselho Federal de Educação que instituiu a Pós-Graduação em Educação no Brasil (Parecer nº 977, de 3 de dezembro de 1965), relatado pelo Conselheiro Newton Sucupira, assinado por educadores reconhecidos, como Anísio Teixeira, Durmeval Trigueiro, Clóvis Salgado, Alceu Amoroso Lima, Valnir Chagas, entre outros. Em 6 de janeiro de 1966, o Parecer CFE nº 977/65 (conceituando e normatizando os cursos de pós-graduação em educação), foi homologado pelo Ministro da Educação e Cultura Flávio Suplicy de Lacerda, sendo publicado no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 1966. Nos termos desse Parecer CFE nº 977/65, o desenvolvimento do conhecimento e de técnicas, “[...] aconselha introduzir na universidade uma espécie de diversificação vertical e escalonamento de níveis de estudos que vão desde o ciclo básico, a graduação até a pós-graduação. Haveria, dessa forma, uma infraestrutura correspondente ao plano de ensino, cujo objetivo seria, de um lado, a instrução científica e humanista para servir de base a qualquer ramo, e outra parte teria por fim a formação do profissional, e uma superestrutura destinada à pesquisa, cuja meta seria o desenvolvimento da ciência e da cultura em geral, o treinamento de pesquisadores, tecnólogos e profissionais de alto nível”. Por sua vez, os pesquisadores da Área de Educação foram surpreendidos com a Portaria nº 1.329, de 24 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União (24 de março de 2020), assinada pelo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Cesar Pontes, definindo, como prioridade, no âmbito desse Ministério, os projetos de pesquisa de desenvolvimento e inovações voltados para as áreas de Tecnologias para o período 2020 a 2023. Nela, não há menção das áreas das Ciências Humanas e Sociais, além das áreas de Linguística, Letras e Artes. Neste ano (2020), quando se comemoram os 55 anos da institucionalização da Pós-Graduação em Educação no Brasil, os membros do Conselho Editorial da Revista Educação em Questão posicionam-se, veementemente, contra a política científica desse Ministério, que não considera as pesquisas nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, Linguística, Letras e Artes como sendo também prioritárias.

Conselho Editorial da Revista Educação em Questão

Editorial



Available in:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=563975014001>

How to cite

Complete issue

More information about this article

Journal's webpage in redalyc.org

Scientific Information System Redalyc
Network of Scientific Journals from Latin America and
the Caribbean, Spain and Portugal
Project academic non-profit, developed under the open
access initiative

Conselho Editorial da Revista Educação em Questão
Editorial

Revista Educação em Questão
vol. 58, no. 56, p. 1
2020

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
eduquestao@ce.ufrn.br

/ ISSN-E: 1981-1802

DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2020v58n56ID22211>